

II JORNADAS TECNICAS DA APRH

AGUAS DE ABASTECIMENTO E SANEAMENTO
EM ZONAS COSTEIRAS TURISTICAS

ASPECTOS ECONOMICO-FINANCEIROS

Amaro Naves Laia (*)

RESUMO

Um dos objectivos essenciais da presente comunicação é chamar a atenção para a interligação existente, nas zonas costeiras, entre o saneamento básico e a actividade turística, realçando-se logo na Introdução a diferença de situações existentes entre os pequenos e grandes centros.

No Capítulo II procede-se a uma breve caracterização sócio-económica das referidas zonas, tomando como base de análise os municípios de toda a orla litoral do Continente.

Nos dois últimos capítulos, relativos ao investimento e financiamento, faz-se um diagnóstico e enquadramento do sector, nesses domínios, mediante a apresentação de diversa informação estatística. Por fim apresenta-se ainda uma breve síntese sobre os principais mecanismos financeiros.

(*) Licenciatura em Economia
Economista na Caixa Geral de Depósitos

I

INTRODUÇÃO

1. Infra-estrutura indispensável ao bem-estar e saúde da população, o Saneamento Básico assume uma importância especial nas zonas costeiras.

Não só pela especificidade técnica dos problemas que aí se possam colocar, mas porque se trata de zonas, nas quais, duma maneira geral (excepção feita à Costa do Alentejo), se concentra o essencial da nossa actividade turística.

Sabendo-se da importância que esta tem para a economia portuguesa, designadamente quanto às divisas que origina, tão indispensáveis à atenuação dos nossos desequilíbrios externos, e especialmente quando é previsível uma diminuição futura das remessas dos emigrantes, é indiscutível que se torna necessário evitar acontecimentos como alguns dos que recentemente ocorreram entre nós. E isto sem pretender empolar tais factos, cuja repercussão pode ter efeitos bastante negativos, mas tão só com vista a encarar a realidade tal como ela se apresenta, para que a solução dos problemas não seja adiada.

Finalmente que algumas das zonas mais afectadas estão sendo objecto de intervenção especial (como é o caso do Algarve) prevendo-se também para breve a resolução do problema da Costa do Sol e do Estuário do Tejo.

2. A valia sócio-económica destes empreendimentos é normalmente elevada justificando os respectivos investimentos.

No entanto, a actual situação económica e ambiental impõe que se procurem as metodologias mais adequadas para avaliação dos projectos envolvidos. Especialmente tratando-se de grandes projectos e/ou planos regionais de grande impacto.

Enquanto que muitas vezes era suficiente uma análise muito simples, hoje em dia uma avaliação séria deverá obrigar a um cálculo mais elaborado de diversos indicadores:

- custos e benefícios económicos
- efeitos sociais e grupos sociais abrangidos
- efeitos sobre o meio ambiente
- preço dinâmico da produção / tarifas

Revela-se também a necessidade de proceder sempre, pelo menos nos casos de maior impacto, a uma análise sócio-económica comparativa das diversas soluções técnicas possíveis (no mínimo, segundo o critério "custo-eficácia").

É que os recursos são escassos e o processo destes investimentos é "irreversível".

3. Retomando a ponte "saneamento básico - turismo", importa ter presente que o "turismo de praia" ainda é hoje em dia ^{um} dos principais pilares da nossa actividade turística.

A pressão exercida pela população turística concentrada nos meses de verão sobre as infra-estruturas em geral e o saneamento básico, em particular, dispensa comentários quanto à necessidade de realizar, ampliar e ou recuperar diversos sistemas.

É o litoral, que mais tem sofrido com este problema, convindo no entanto distinguir a diferença de situações existente:

- Nos grandes centros, como por exemplo Lisboa e Porto, o problema pode colocar-se no âmbito do planeamento e gestão das respectivas regiões metropolitanas.

A dimensão das infra-estruturas e a população residente é tal, que suporta sem grandes problemas a integração turística;

- No Algarve, a região de maior peso turístico (37% das dormidas de estrangeiros em todo o País; 60% do investimento turístico de todo o continente; 40 a 50% das receitas do turismo nacional), e nas Costas de Prata e Verde, em geral, já não é possível uma fácil integração da actividade turística nos centros existentes.

É preciso criar infra-estruturas, ou sobredimensioná-las para o efeito.

4. Nestas regiões, a gestão integrada do abastecimento de água e esgotos tem de fazer parte da gestão integrada do turismo.

Impõe-se o combate (início ou a continuação, conforme os casos) aos grandes desfasamentos que se verificam entre a capacidade de alojamento disponível e os sistemas de infra-estruturas existentes, com destaque para o Saneamento Básico.

Dum ponto de vista económico (e não só) há que ter em conta, entre outros factores:

- o turismo de qualidade consome muitíssimo mais água do que a população residente, obrigando a um sobredimensionamento dos sistemas
- a concentração dos turistas nos meses de Verão leva a que essas infra-estruturas se encontrem sub-utilizadas em grande parte do ano
- neste contexto estes investimentos não devem ser encarados fora do fenómeno turístico, o que nos leva a considerar que as tarifas de água e de esgotos deverão merecer um tratamento especial nestas zonas, diferenciando do resto do País.

5. Ainda sobre o enquadramento económico do sector do Saneamento Básico em zonas Costeiras Turísticas e especialmente nas regiões onde a "pressão turística" é maior, entendemos que os problemas deverão ser cada vez mais encarados numa óptica de médio/longo prazo.

É que o nosso turismo para competir internacionalmente, o que no actual contexto da economia internacional é vital, tem de apostar decididamente na qualidade, procurando resolver os seus problemas em termos estruturais e não conjunturalmente com salários baixos, desvalorização do escudo, ... ; Aliás, tendo em conta a nossa dimensão económica actual e o desaparecimento dos mercados protegidos, este é um problema da generalidade dos nossos sectores económicos, ainda mais reforçado com a nossa integração na Comunidade Económica Europeia.

Apesar de tudo, pode dizer-se que o nosso turismo tem tido uma razoável capacidade competitiva, mas importa reforçá-la e evitar o que se poderá tornar num grande desastre, em zonas de praia super-lotadas, se as infra-estruturas em geral, e o Saneamento Básico, em particular, não merecerem u-

ma atenção muito especial e não foram perspectivados a longo prazo.

Por tudo isto, cremos que ninguém duvida da urgência em resolver os problemas ainda existentes, sendo, para o efeito, necessária uma actuação concertada, nomeadamente entre as Autarquias Locais, a Administração Central, os Agentes Económicos e as Instituições Financeiras.

Felizmente que alguns dos grandes empreendimentos, atrás referidos, vão finalmente arrancar ...

6. É nesta sequência que se entendeu útil apresentar no capítulo seguinte uma breve caracterização sócio-económica do litoral, com realce para alguns dos principais indicadores turísticos.

A generalidade da informação estatística apresentada está arrumada por regiões turísticas, incluindo somente os municípios do litoral.

É um critério discutível mas que por agora nos pareceu ser o possível. Contudo, com excepção de algumas zonas, constata-se que é nos municípios do litoral que se concentra o maior peso da actividade turística.

Aliás, trata-se também dum fenómeno que não foge à regra das acentuadas asimetrias regionais litoral/interior.

Depois de breve caracterização sócio-económica do litoral, seguem-se dois capítulos relativos ao investimento e ao financiamento, contrapondo-se também os municípios do litoral com o continente.

Como se verificará não são apresentados dados relativos às regiões autónomas, sem que tal signifique que tenham menor importância turística.

A informação apresentada teve em conta, por um lado, a trilogia Saneamento Básico - Turismo - Litoral e, por outro lado as entidades com maior intervenção no sector: municípios, Empresa Pública das Águas Livres (EPAL) e Direcção-Geral do Saneamento Básico (DCSB).

A C.G.D. surge-nos também com destaque na parte relativa ao financiamento, pois trata-se da instituição de crédito que detém a quase totalidade dos financiamentos bancários aos municípios, nomeadamente para investimentos em Saneamento Básico.

7. Ao terminar este capítulo, importa ainda notar que acima de tudo privilegiou-se a apresentação dum razoável conjunto de informação estatística que reportamos do maior interesse para o diagnóstico e enquadramento do sector de Saneamento Básico (sem considerar o sub-sector relativo aos lixos).

Face à escassez deste tipo de informação, optámos por esta via, ainda que, por razões de tempo disponível, com nítido prejuízo da análise interpretativa que os quadros e gráficos sugerem.

Convém, no entanto, ressaltar que alguns dos valores apresentados, designadamente no que se refere ao investimento, deverão ser encarados como meras estimativas, pois não foi possível conseguir valores exactos para todos os anos e para todas as regiões. Contudo, cremos que não haverá grandes desfasamentos.

II

BREVE CARACTERIZAÇÃO DAS ZONAS COSTEIRAS

1. Definição

No Mapa nº 1 estão indicadas as regiões costeiras turísticas, que serviram de base à agregação de todos os municípios do litoral para a análise efectuada.

Apesar de alguns desses municípios (como é o caso da Costa do Alentejo - Região das Planícies) terem uma reduzida (ou mesmo nula) importância turística, de acordo com os indicadores apresentados, optou-se por tratar todo o litoral do continente.

Pode também ser discutível, sob diversos pontos de vista, a inclusão apenas dos municípios da orla litoral. Seguiu-se um critério relativamente fácil do ponto de vista geográfico-económico, sendo no entanto de realçar que são esses municípios que, duma maneira geral, detêm o maior peso turístico relativo.

2. Gestão do sector do saneamento básico (águas e esgotos)

Como é sabido a gestão do sector é uma das atribuições dos municípios, a qual, na maioria dos casos, tem sido exercida por Serviços Municipais integrados nas próprias Camaras Municipais. Casos há também em que existem Serviços Municipalizados, dotados de autonomia administrativa e financeira.

Dos cerca de 65 Serviços Municipalizados existentes em todo o continente (abrangendo 23,6% dos municípios), dos quais somente 35 tratam também dos esgotos, 30 localizam-se no litoral, o que corresponde a uma cobertura de 55,5% destes municípios, muito superior à do continente.

Na região de Lisboa temos a EPAL, **que**, conforme se pode ver pelo Mapa Nº **2** fornece água a muitos dos municípios do litoral. Segundo os consumos verificados em anos recentes, Lisboa, Sintra, Cascais e Oeiras absorvem cerca de 77% do fornecimento total da Empresa (só Lisboa \approx 45%).

3. População

A concentração da maioria da população no litoral não é novidade e prende-se ^{igualmente} com o fenómeno das conhecidas assimetrias regionais (litoral/interior).

O total da população residente nos municípios do litoral corresponde a 40% da população de todo o continente, sendo a Costa de Lisboa e a Costa Verde as que ocupam a maior percentagem. Só os municípios de Lisboa e Porto representam 12% do Continente e 30% de todo o litoral.

É o que se verifica através do Quadro Nº **1** .

Quanto à população activa realça-se, apenas, o grande peso do sector terciário na Costa Algarvia (48,3%), na Costa de Lisboa (65,5%) e na Costa Verde (47,8%).

4. Indicadores Turísticos

Através dos Quadros Nºs **2 e 3** pode confirmar-se a grande concentração da actividade turística no litoral, como já nos referimos.

Partindo da análise por distritos e regiões turísticas até aos municípios do litoral, constata-se que é precisamente na orla litoral que os indicadores seleccionados (capacidade de alojamento e dormidas) revelam o grande peso da actividade turística.

O total dos distritos do litoral detêm cerca de 90% da capacidade de alojamento e dormidas de todo o continente. E os respectivos municípios da orla costeira, incluídos nas estatísticas do turis-

mo do INE, representam 70% e 80% dos mesmos indicadores, também em relação ao Continente.

Excepção feita à Costa do Alentejo, todas as outras apresentam valores elevados, designadamente no que se refere às dormidas, sugerindo-nos a forte pressão exercida sobre as infra-estruturas dessas zonas pela respectiva população flutuante durante os meses de Verão.

Destaca-se a Costa Algarvia com 38,5% das dormidas e a Costa de Lisboa com 29%.

A Costa Verde, representando 8% do total do Continente, atingiu (em 1982) o valor de 1 116 035 dormidas.

Outro indicador ainda a considerar é o investimento turístico, sendo de referir que só os distritos de Lisboa, Porto e Faro têm representado cerca de 90% do total do investimento apoiado pelo Fundo de Turismo.

5. Transferências do O.G.E. para os Municípios (FEF)

O total das transferências (FEF) para os municípios do litoral tem rondado os 30% do total global, atingindo cerca de 15,7 milhões de contos em 1984.

O Quadro Nº 4 dá-nos os valores por Costas e por anos.

6. População servida no Continente (Águas e Esgotos)

O Quadro Nº 5, traduz de forma aproximada (trata-se de estimativas) a situação actual no sector.

Verifica-se que é ainda significativa a percentagem da população que não dispõe destes serviços (águas e esgotos), incluindo muitos dos distritos do litoral.

O Mapa Nº 3 dá-nos a ideia das Estações de Tratamento de águas residuais existentes e a sua localização.

Relativamente ao Algarve, apesar do razoável número de ETAR(s) existentes, parece que a situação ainda está muito longe do desejável.

Como tem sido dito pelas entidades locais, apesar do esforço que se tem vindo a fazer, os investimentos realizados ainda ficam muito aquém das necessidades e "a saúde pública e a actividade turística, poderão ser seriamente afectadas pela deficiente drenagem e tratamento final das águas residuais".

Entre outras prioridades, o saneamento básico é também considerado como tal, sobretudo em zonas de alta intensidade turística e de elevada sensibilidade ecológica.

Quanto à "Costa do Sol", cujas praias atingem hoje um elevado nível de poluição, espera-se, como já foi referido, que o problema seja resolvido a breve prazo, quer por via da construção do Interceptor Geral e tratamento de Esgotos de Lisboa quer directamente com a construção do interceptor e tratamento dos esgotos da Costa do Sol.

III

INVESTIMENTOS

1. Nota prévia

Na sequência do já referido na Introdução, houve que estimar valores para alguns anos e regiões.

Foi o caso da Região Centro, que abrange parte da Costa de Lisboa e da Costa de Prata e também o caso da Região Norte, para os anos de 1982 e 1984, que integra a Costa Verde.

Além disso, houve ainda que estimar alguns valores relativos a investimentos dos Serviços Municipalizados. Embora nalguns municípios sejam as próprias Câmaras Municipais a efectuar os investimentos (aparecendo contabilizados nos seus Orçamentos), noutros casos tal não se verifica e há que ter em conta também os Orçamentos dos Serviços Municipalizados.

Os dados apresentados referem-se essencialmente a águas e esgotos. Os lixos têm um peso insignificante.

Para uma ideia ainda mais precisa quanto ao total de investimentos realizados era necessário ter em conta também o peso das obras por administração directa em muitos municípios, cuja contabilização não vai à rubrica investimentos, o que, na prática, não foi possível apurar.

As entidades consideradas foram os Municípios, a EPAL e a D.G.S.B. Não se incluíram outras como por exemplo o GAS, a EPPI, e os investidores privados.

2. Breve referência aos quadros apresentados

No Quadro Nº 6 pode ver-se o peso dos investimentos em S.B. no litoral/continente, realizados pelos municípios. A partir de 1982 ronda os 22%, sendo ligeiramente mais baixo em 1981.

Em 1984, em valores absolutos temos:

S.B. Litoral	-	3 090 378 contos
S.B. Continente	-	9 312 069 contos

A região do Algarve representa a maior percentagem, o que não é de estranhar se atendermos à especificidade dos problemas desta região, que conduziram a uma intervenção mais activa e à criação (em 1981) duma linha de crédito bonificado, cujos resultados se comam a fazer sentir principalmente a partir de 1982.

O Quadro Nº 7 apresenta, em síntese, a totalidade dos investimentos no sector, incluindo a EPAL e a D.G.S.B. É de realçar o peso da EPAL, que em 1984 se acentuou atingindo os 3600 mil/contos (não esquecer o elevado esforço de investimentos desta empresa - reforço do abastecimento de água a Lisboa a partir da barragem do Castelo de Bode - e a quase estabilização do nível de investimentos realizados pelos municípios - o crescimento das suas receitas, designadamente o FEF, não tem acompanhado, na generalidade, o crescimento das despesas correntes).

Se aos investimentos realizados pelos municípios do litoral acrescentarmos os da EPAL, o peso da Costa de Lisboa é evidente no conjunto dos investimentos em S.B. em todo o litoral (22,5%). É o que se pode verificar através do Quadro Nº 8. Assim, o peso do litoral situa-se entre os 40 a 50% nestes últimos anos.

O Gráfico Nº 1 traduz, de forma mais visível, alguns dos aspectos referidos.

No Gráfico Nº 2 faz-se a comparação dos investimentos realizados pelos municípios com a sua principal fonte de receitas (o FEF) em geral. É claro que nos grandes centros, como por exemplo Lisboa, Porto, Cascais ..., as receitas locais atingem um peso bas-

tante elevado, havendo também a realçar o peso do imposto de turismo nalguns municípios.

Finalmente no Gráfico Nº 3 pretendeu-se dar uma ideia do peso dos investimentos realizados no S.B. em relação às Receitas do Turismo e ao Investimento na Hotelaria (em 1981).

IV

FINANCIAMENTO

1. Municípios

A Caixa Geral de Depósitos é, como se sabe, a instituição de crédito que detém a quase totalidade dos financiamentos às autarquias locais, nomeadamente para investimentos em Saneamento Básico.

No Quadro nº 9 apresenta-se o valor atingido por estes financiamentos (verbas libertadas em cada ano).

É bastante elevado o peso dos financiamentos ao S.B. comparativamente ^{financiamento ao} ao investimento total, quer no litoral quer no continente, (para o que o Algarve é determinante).

Depois duma grande subida de 1981 para 1982, há um decréscimo em 1984 (que se inicia em 1983), muito mais acentuado no S.B. do que no investimento total. Crê-se que esta quebra diferenciada se deve à não classificação em S.B. de muitos financiamentos feitos a este sector através da linha de crédito dos Temporais (cerca de 1 milhão de contos).

Em termos gerais, a evolução do crédito com uma subida de 1981 para 1982 (que já vinha de trás, desde o impacto da Lei das Finanças Locais na capacidade de recurso ao crédito por parte dos municípios) e uma descida que começa a verificar-se em 1983, tem a ver em grande parte com:

- criação da linha de crédito bonificado de 5 milhões de contos em 1980, com grande impacto em 1981/1982.

Neste ano esta linha foi reforçada com mais 3 milhões de contos;

- criação da linha de crédito bonificado, de 3 milhões de contos, para o Saneamento Básico do Algarve;

- evolução das taxas de juro das operações activas de longo prazo:

A partir de 16/7/1981	22 - 24%
" " " 20/4/1982	26%
" " " 23/3/1983	30%

A partir de 8/8/1983	32,5%
" " " 3/8/1985	30,0%

Todos estes factores se relacionam, por outro lado, com a capacidade de endividamento dos municípios (o valor do serviço da dívida não pode ultrapassar, em cada ano, 20% do FEF ou 20% dos Investimentos realizados no ano anterior)

O Quadro nº 10 e o Gráfico nº 4 mostram a % dos investimentos municipais financiados pela C.G.D.

Ainda no âmbito das fontes de financiamento para infra-estruturas municipais há a referir também o "programa de ajuda de pré-adesão à CEE" (o de política regional), negociado em 1981, no valor de cerca de 3 500 mil contos (valor ao câmbio daquela data). O Saneamento do Algarve foi contemplado com cerca de 100 mil contos.

2. EPAL

Os financiamentos concedidos pelo Banco Mundial a esta empresa, para o reforço da abastecimento de água a Lisboa, atingiram os seguintes montantes:

	<u>1981</u>	<u>1982</u>	<u>1983</u>
em milhões de dólares -	2,23	8,18	9,22
em contos -	131 780	631 144	1 016 570
conversão ao câmbio médio anual de -	59.094	77.157	110.257

Estes valores representam o seguinte peso relativo relativamente ao investimento enquadrado no plano plurianual:

<u>1981</u>	<u>1982</u>	<u>1983</u>
7,9%	24,9%	39,7%

Outras fontes de financiamento (capital alheio) têm sido utilizadas, como seja a C.G.D., o B.F.N., o B.P.S.M. e outras estrangeiras.

3. D.G.S.B.

No âmbito da D.G.S.B. algumas verbas externas, de reduzida importância, têm sido conseguidas através do "Plano Luso-Americano", que supomos não ter abrangido municípios do litoral.

Por exemplo em 1982, o peso relativo de tais verbas, no conjunto dos investimentos a cargo da D.C.S.B. foi de 19%.

4. Síntese das linhas de crédito bonificado através da C.G.D., com maior impacto directo nos investimentos municipais, em Saneamento Básico no continente

Pela sua importância como mecanismos financeiros de apoio ao sector, que explicam em grande parte a evolução do crédito concedido, realçam-se as seguintes linhas de crédito, algumas já atrás referidas:

4.1. Linha de crédito bonificada para investimentos municipais, criada em 1980, no valor de 5 milhões de contos e reforçada em mais 3 milhões de contos.

As bonificações concedidas, a deduzir à taxa de juro máxima legal em cada momento, são as seguintes:

CGD - 5,25%
Estado - 4%

Esta linha bem como o seu reforço foi totalmente utilizada.

4.2. Linha de crédito bonificado para obras de saneamento básico no Algarve, criada em 1981, no valor de 3 milhões de contos

Beneficia das seguintes bonificações:

- . Fundo de Turismo - 10%
- . C.G.D. - 5,25%
- . Estado - 4%

Em 30/9/85, o total dos empréstimos contratados e autorizados atingia 2 551 453,5 contos, estando disponíveis 448 546,5 contos.

De realçar aqui a bonificação do Fundo de Turismo, que em 1983 e 1984 atingiu os valores de 74 290 e 132 165 contos, respectivamente. E realça-se este aspecto na sequência do que atrás foi dito a propósito da inter-relação entre Saneamento Básico - Turismo.

Parece-nos que esta é uma das vias a seguir para financiamentos do Saneamento Básico, infra-estrutura vital ao sector turístico.

Nesta data a taxa líquida desta linha é de 10,75%

4.3. Linha de crédito KfW

Esta linha, criada em 1984, no âmbito da cooperação financeira luso-alemã, até DM 38 000 000 (cerca de 1 800 000 contos naquela data), destina-se a investimentos a realizar nos sectores de saneamento básico e viação rural.

Os empréstimos no âmbito desta linha beneficiam duma dedução de 9,25% à taxa de juro máxima legal em cada momento, sendo actualmente a taxa líquida de 20,75%.

Em 30/9/85 as verbas contratadas e autorizadas atingiam apenas DM 237 700.

— Para além destas **existem** ainda outras linhas de crédito com reflexos no sector (PDRITM, Temporais/83, ...).

De realçar ainda que a C.G.D., para além das bonificações concedidas no âmbito das linhas de crédito (o crédito enquadrado, que representa actualmente cerca de 50% do total do crédito concedido), tem vindo a conceder ainda um benefício de 2% nas restantes operações de crédito, embora actualmente seja apenas de 1,5%, dada a recente alteração das taxas de juro.

5. Perspectivas futuras

5.1. Feder

No âmbito da CEE, o FEDER (Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional) é o principal instrumento da política regional, criado em 1975, tendo em vista a correcção dos desequilíbrios regionais dentro da comunidade.

Dentre os sectores que poderão ser apoiados por este Fundo, com a entrada de Portugal na CEE, contam-se as infra-estruturas e, designadamente, o Saneamento Básico no âmbito das autarquias locais.

O Quadro nº 11 apresenta estimativas dos montantes já solicitados à CEE. Os valores apresentados deverão ser encarados como meras estimativas, pois trata-se de valores provisórios ainda sujeitos a correcções. Os valores relativos ao litoral são ainda estimativas mais grosseiras, pois não dispomos de dados que nos permitam ir mais longe.

Apesar de tudo, acabámos por apresentar este quadro, pois admitimos que possa ter algum interesse.

Realça-se o menor peso do litoral em relação ao total do continente, embora os valores absolutos sejam bastante elevados, quando comparados com o nível de investimentos realizados nos últimos anos pelas autarquias locais, especialmente na área do saneamento básico (ver quadro de investimentos municipais). De notar que esta área representa a maior % do financiamento solicitado e ainda mais acentuadamente no litoral.

Embora a grande maioria dos projectos incluídos, já se encontre em execução, talvez seja de admitir que as estimativas apresentadas para o Saneamento Básico estejam um pouco empoladas.

De qualquer forma, sabe-se que o esforço exigido vai ser grande para que sejam aproveitadas as verbas disponíveis, quer em termos de planeamento, organização e gestão quer em termos de capacidade de financiamento interno exigido (estes financiamentos do FEDER a fundo perdido, correspondem a cerca de 50% do valor dos investimentos, pelo que o restante deverá ser financiado ou por verbas próprias das entidades envolvidas ou, eventualmente, por recurso ao crédito bancário).

É imperioso que as autarquias locais conheçam com pormenor as condições de acesso a este Fundo, que se prevê venha a ter um grande impacto no sector do saneamento básico, em particular, e no das obras públicas, em geral.

5.2. Capacidade de endividamento dos municípios

Como se referiu, a capacidade de recurso ao crédito por parte dos municípios depende das verbas transferidas do O.E. - Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF).

Está estabelecido na Lei que a % do serviço da dívida não pode ultrapassar, em cada ano, 20% daquelas verbas, ou, em alternativa, se for mais vantajosa, 20% das despesas realizadas com Investimentos no ano anterior.

Abrimos aqui um pequeno parentese para referir que nos parece que a legislação deveria ser revista, pelo menos para os maiores municípios (do

ponto de vista económico - com receitas locais elevadas), dado que a estrutura de receitas e despesas destes é bem diferente da generalidade dos outros municípios. Enquanto que, na generalidade, os orçamentos municipais dependem em cerca de 70 a 80%, e mesmo 90% em certos casos, das verbas provenientes do O.E., nos primeiros essa dependência é muito inferior, situando-se nalguns casos à volta de 30%.

Sem pretendermos apresentar uma análise desenvolvida deste ponto, refere-se apenas que o nº de municípios da orla litoral com a capacidade de endividamento esgotada não tem qualquer significado (1 ou 2).

O mesmo já não se poderá dizer quanto ao facto de alguns terem uma capacidade disponível reduzida quando confrontada com grandes investimentos, que eventualmente tenham de realizar por recurso ao crédito.

5.3. Tarifas

Para além dum aumento das tarifas, na generalidade dos municípios, sem pôr em causa os limites do socialmente admissível, é imperioso que se implemente a aplicação de tarifas de espotos, sob pena da degradação do sector continuar a agravar-se. Importa conseguir maior auto-suficiência financeira do sector.

No que se refere às zonas turísticas, e especialmente naquelas em que os sistemas têm que ser dimensionados em função da população flutuante, julgamos que se torna necessário criar tarifas especiais para o sector, pois é discutível que seja a população residente a pagar o sobredimensionamento dos sistemas. E, por outro lado, o custo destes serviços tem um peso insignificante em relação aos custos de exploração da hotelaria.

5.4. Receitas do Turismo

A outra alternativa e/ou complemento do referido no ponto anterior poderá ser o apoio dado pelo próprio sector turístico.

Esse é o caminho que, indirectamente (através da bonificação da taxa de juro), já está a ser seguido para o Algarve e que na Costa do Sol, através das verbas provenientes do jogo, também se vai seguir.

Se tivermos em conta as receitas provenientes do turismo e a importân-

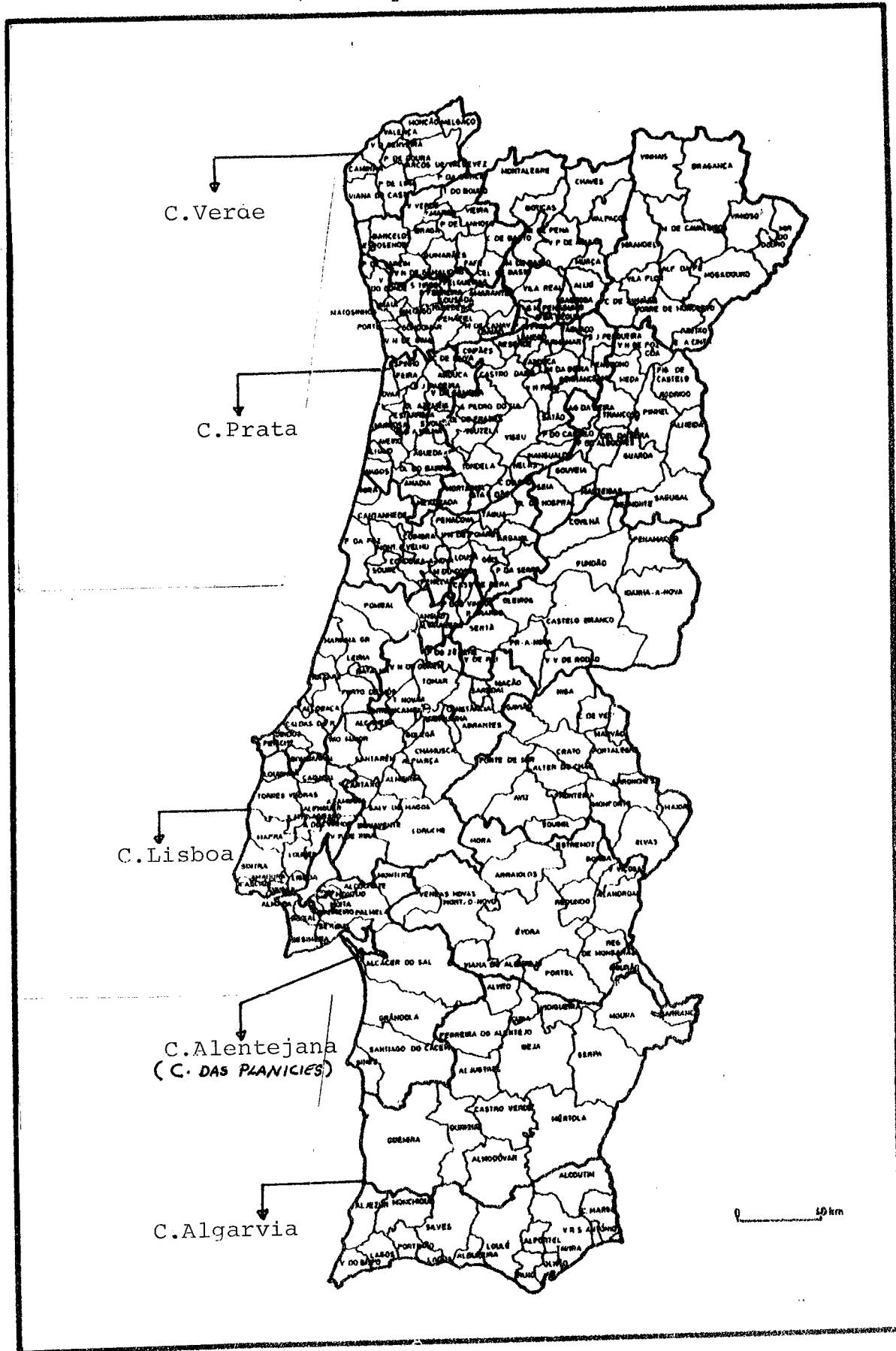
cia deste sector na economia nacional, como se referiu na introdução, compreende-se que este poderá (deverá) ser um dos caminhos a seguir, embora complementado com o apoio do Estado e/ou das Autarquias Locais. E que também não se pode esquecer que se estes municípios (das zonas turísticas) têm custos de investimento e levados em infra-estruturas também têm grandes benefícios decorrentes da actividade turista, sem pretendermos fazer aqui o balanço da situação em termos de "custos - benefícios", na óptica local.

lisboa, 22 de Outubro de 1985

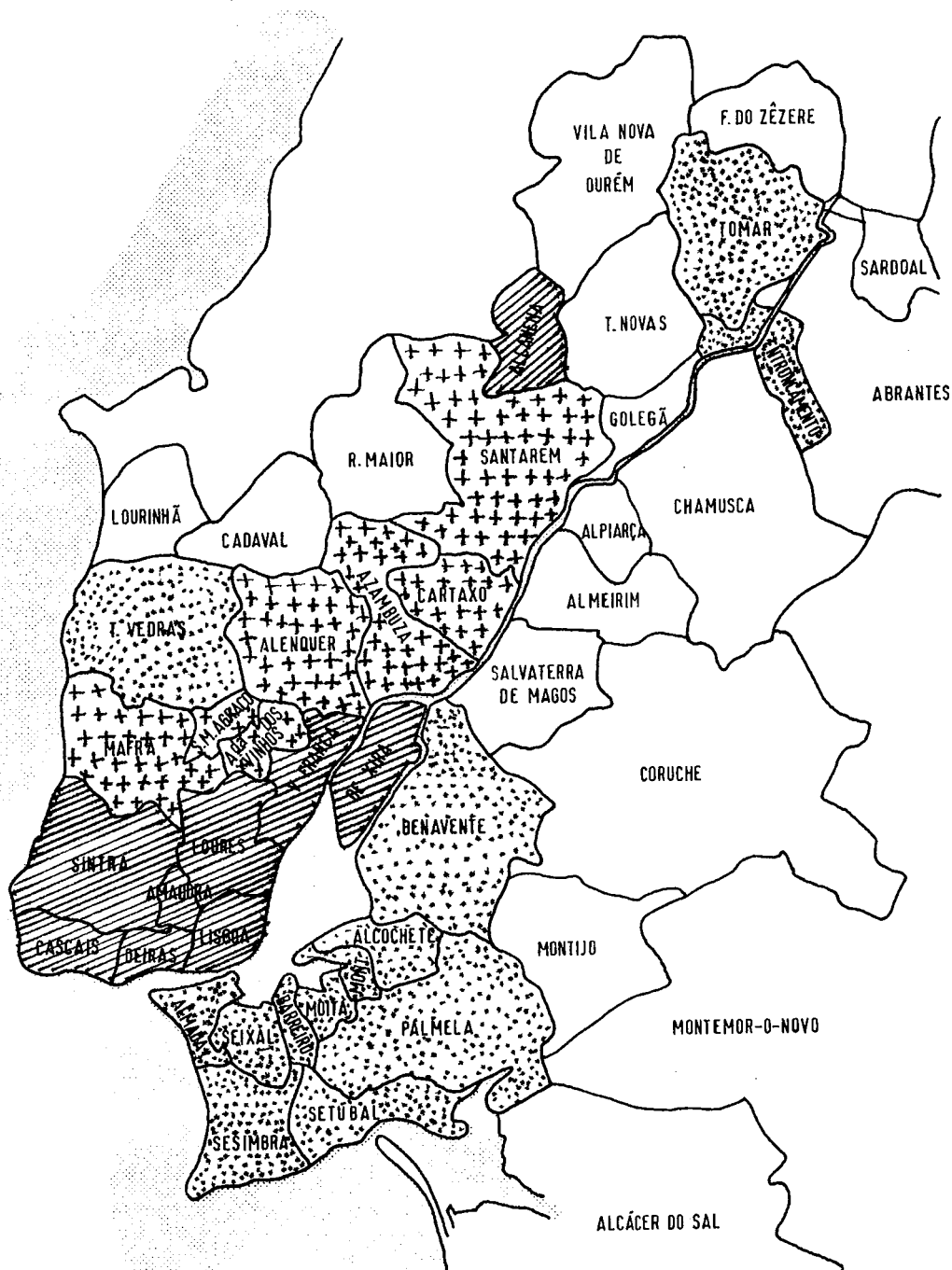
M A P A S

MAPA Nº 1

ZONAS COSTEIRAS TURISTICAS
(Municípios do Litoral)






FORNECIMENTO DE ÁGUA AOS CONCELHOS



Segundo o Quadro de consumos de 1983, o peso relativo em relação ao total fornecido era o seguinte:

Lisboa + Sintra + Cascais + Oeiras - 77%

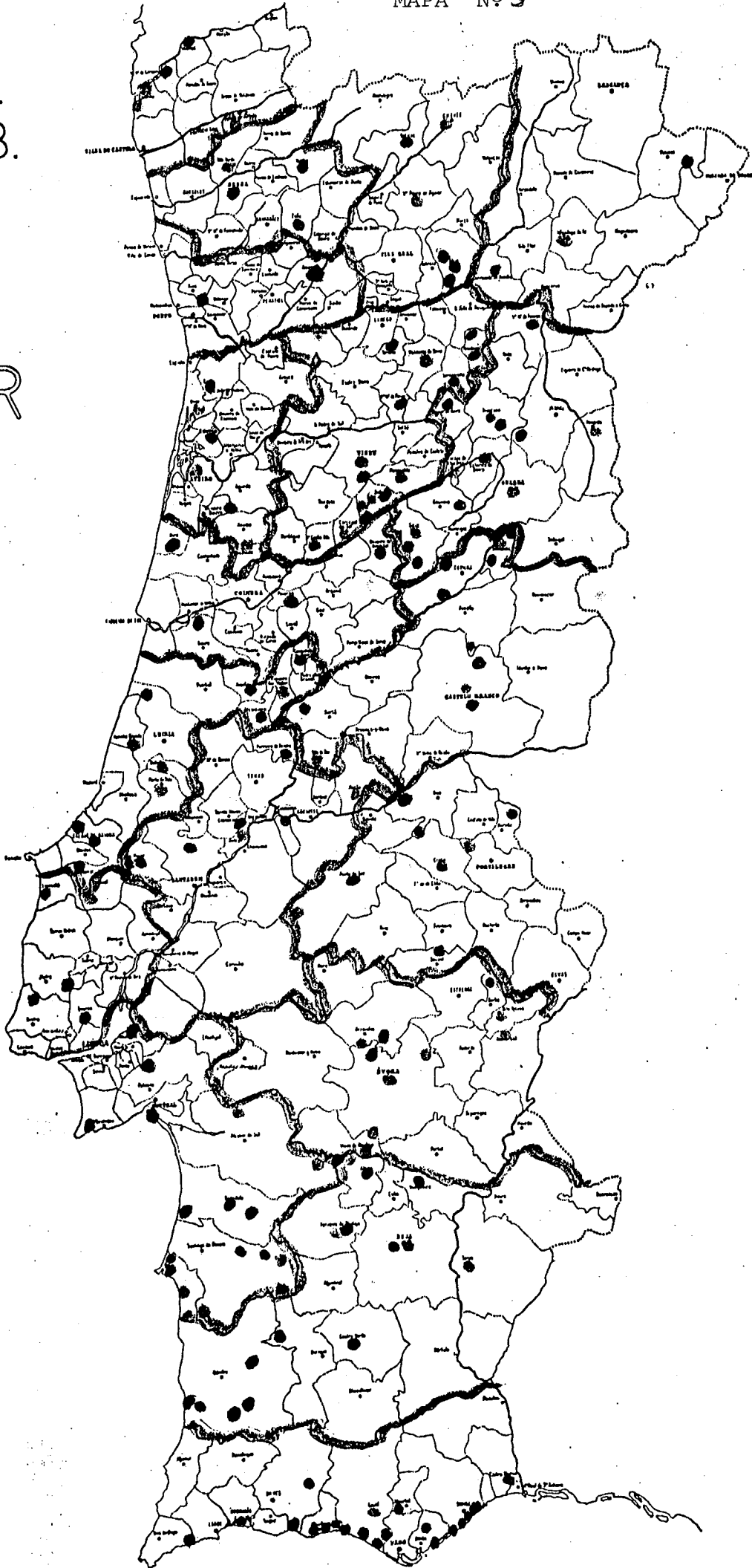
Lisboa - 45%

-  FORNECIMENTO TOTAL OU QUASE TOTAL
-  FORNECIMENTO PARCIAL
-  FORNECIMENTO SOLICITADO

0 20Km

M.E.S.
D.G.S.B.
C.T.

ETAR



- LP
- LPA
- LA
- AP
- LE
- L(A)
- VO
- DB

Q U A D R O S

QUADRO Nº 4

POPULACÃO (1981)

REGIÕES TURÍSTICAS (*)	A		B									
	RESIDENTE %		A C T I V A									
	TOTAL %		I		II		III					
1. Costa Algarvia	301 157	3,2	112 385	3,0	26 433	23,5	31 602	28,1	54 350	48,3		
2. Costa Alentejana (Planicies)	103 141	1,1	40 886	1,1	15 658	38,3	13 084	32,0	12 144	29,7		
3. Costa de Lisboa	1 675 182	18,0	710 571	19,4	22 072	3,2	222 595	31,3	465 904	65,5		
3.1. Sô Lisboa	807 937		348 560		1 775		88 597		258 188			
4. Costa de Prata	688 762	7,4	263 161	7,2	72 174	27,4	106 242	40,4	84 745	32,2		
5. Costa Verde	966 800	10,3	399 762	10,9	27 658	7,0	180 854	45,2	191 250	47,8		
5.1. Sô Porto	327 368		139 944		600		45 956		93 388			
6. Total do Litoral	3 735 042	40,0	1 526 765	41,7	163 995		554 377		808 393			
B/A	100 →		40,8		4,4		14,8		21,6			
7. Total do Continente	9 336 760	100 ↑	3 659 890	100 ↑	711 131		1 429 191		1 519 618			
B/A	100 →		39,2		7,6		15,3		16,3			

(*) Sô Municípios do Litoral

Fonte: M.A.I., "Administração Local em números, 1984"

QUADRO Nº 2

INDICADORES TURISTICOS POR DISTRITOS

INDICADORES TURISTICOS DISTRITOS	CAPACIDADE DE ALOJAMENTO (31.7.81)	DORMIDAS (1982)
AVEIRO (*)	4 196	391 381
BEJA	563	72 906
BRAGA (*)	4 266	288 308
BRAGANÇA	910	93 239
CASTELO BRANCO	1 405	120 974
COIMBRA (*)	3 186	349 816
EVORA	882	101 968
FARO (*)	37 325	5 602 581
GUARDA	1 108	107 760
LEIRIA (*)	4 116	302 042
LISBOA (*)	26 675	3 974 512
PORTALEGRE	807	105 005
PORTO (*)	6 362	962 404
SANTAREM	3 246	215 498
SETUBAL (*)	5 678	607 307
VIANA DO CASTELO (*)	2 094	139 739
VILA REAL	1 989	106 272
VISEU	2 488	146 818
TOTAL DOS DISTRITOS DO LITORAL (*)	93 858	12 618 090
TOTAL DO CONTINENTE	107 296	13 688 530

Fonte: INE

QUADRO Nº 3

INDICADORES TURISTICOS POR REGIÕES TURISTICAS

(*)

REGIÕES TURISTICAS(*)	INDICADORES	CAPACIDADE DE ALOJAMENTO (31.7.81) %		DORMIDAS (1982)		
			%	Residentes Portugal	Residentes Estrangeiro	TOTAL
1. Costa Algarvia	34 287	32,0	1 092 612	4 180 916	5 273 528	38,5
2. Costa Alentejana	414	0,4	46 230	6 156	52 386	0,4
3. Costa de Lisboa	26 135	24,4	1 705 260	2 275 386	3 980 646	29,0
4. Costa de Prata	7 105	6,6	449 106	181 422	630 528	4,6
5. Costa Verde	7 920	7,3	789 610	326 425	1 116 035	8,1
6. Total do Litoral	75 861	70,7	4 082 818	6 970 305	11 053 123	80,7
7. Total do Continente	107 296	100	5 913 828	7 774 702	13 688 530	100

(*) Incluindo apenas os municípios do Litoral ^{incluídos} nas estatísticas do Turismo do I.N.E.

QUADRO N.º 4

TRANSFERÊNCIAS DO O.E. PARA OS MUNICÍPIOS

(F.E.F.F.)

Un.: -10³ esc.
preços correntes

REGIÕES TURÍSTICAS (*)	1981		1982		1983		1984	
		%		%		%		%
1. Costa Algarvia	1 313 848	3,8	1 456 395	3,6	1 776 700	3,8	2 184 000	4,5
2. Costa Alentejana	680 911	2,0	784 684	1,9	748 400	1,6	983 400	2,0
3. Costa de Lisboa	3 796 451	10,9	4 593 107	11,4	5 059 100	10,9	5 559 900	11,4
4. Costa de Prata	2 319 518	6,7	2 712 473	6,7	3 182 140	6,8	3 434 400	7,0
5. Costa Verde	2 233 500	6,4	2 652 300	6,6	3 129 600	6,7	3 496 800	7,1
6. Total do Litoral	10 344 228	29,8	12 198 959	30,3	13 895 940	29,9	15 658 500	32,0
7. Total do Continente	34 760 000	100	40 300 000	100	46 472 000	100	46 922 000	100

(*) SÓ Municípios do Litoral

QUADRO Nº 5

SITUAÇÃO DO ABASTECIMENTO DE AGUA E ESGOTOS
 PERCENTAGEM DA POPULAÇÃO SERVIDA NO
 CONTINENTE

DISTRITOS	%	
	A G U A S	E S G O T O S (*)
AVEIRO	30	10
BEJA	50	15
BRAGA	30	12
BRAGABÇA	45	18
CASTELO BRANCO	52	25
COIMBRA	60	25
EVORA	69	44
FARO	60	49
GUARDA	50	19
LEIRIA	40	20
LISBOA	88	76
PORTALEGRE	75	45
PORTO	50	25
SANTAREM	50	25
SETUBAL	90	74
VIANA DO CASTELO	30	15
VILA REAL	36	11
UISEU	30	15
CONTINENTE	≈ 55	≈ 36

(*) Independentemente da existência de E.T.A.R. (s)

Estimativas recolhidas junto da D.G.S.B.

QUADRO Nº 6

INVESTIMENTOS MUNICIPAIS

Un: 10³ esc.
Un: preços correntes

Anos Regiões turísticas (60 municípios do litoral)	A SANEAMENTO BASICO					B INVESTIMENTO TOTAL						
	1981	1982	1983	1984	1981	1982	1983	1984	1981	1982	1983	1984
	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%
1. COSTA ALGARVIA	420 973	932 079	928 259	760 646	1467 487	2135 122	2167 646	2220 493	4,1	5,4	5,4	5,4
2. COSTA ALENTEJANA	198 272	218 304	176 420	145 549	771 091	777 771	671 186	525 367	2,1	2,0	1,7	1,3
3. COSTA DE LISEOA	511 180	760 139	865 925	694 183	3764 267	5244 709	5863 300	5515 934	10,5	13,4	14,7	13,4
4. COSTA DE PRAIA	634 806	714 889	814 379	840 000	2441 560	2553 174	2655 301	2800 000	6,9	6,5	6,6	6,8
5. COSTA VERDE	249 787	270 000	272 598	650 000	2342 574	2449 660	2547 646	2947 646	6,9	6,2	6,4	7,1
6. TOTAL LITORAL	2015018	2895 411	3057 581	3090378	10786976	13160436	13905079	14009440	30,5	33,5	34,8	34,0
A/B →	18,7	22,0	22	22,1	100	100	100	100				
7 TOTAL CONTINENTE (TODOS OS MUNICIPIOS)	7440776	8872043	9225496	9312069	35402776	39234000	39990547	41233217	100	100	100	100
A/B →	21	22,6	23,1	22,6	100	100	100	100				100

QUADRO Nº 7

INVESTIMENTO EM SANEAMENTO BÁSICO NO CONTINENTE, POR ENTIDADES

10⁵ esc.

Un: Preços correntes

Anos	Entidades	1981		1982		1983		1984	
			%		%		%		%
1. MUNICIPIOS		7 440 776	77,1	8 872 043	73,5	9 225 496	75,2	9 312 069	69,9
	2. EPAL	1 663 072	17,2	2 535 503	21,0	2 560 000	20,9	3 599 174	27,0
	3. D.G.S.B.	544 700	5,7	655 700	5,4	476 000	3,9	405 000	3,1
4. TOTAL DO CONTINENTE (1+2+3)		9 648 548 16,5%	100	12 063 246 16,7%	100	12 261 496 15,4%	100	13 316 243	100
5. Valor dos trabalhos realizados em Obras Públicas no Continente		52026 768		72 436 167		79 706 592			

4/5 →

QUADRO Nº 8

INVESTIMENTOS EM SANEAMENTO BÁSICO NO LITORAL, POR
REGIÕES TURÍSTICAS

Un: 10³esc.
preços correntes

Anos Regiões turísticas (só muni- cípios do litoral)	1981		1982		1983		1984	
		%		%		%		%
1. COSTA ALGARVIA	420 973	4,4	932 079	7,7	928 259	7,6	760 646	5,7
2. COSTA ALENTEJANA/ PLANÍCIES	198 272	2,0	218 304	1,8	176 420	1,4	145 549	1,1
3. COSTA DE LISBOA (*)	2 174 252	22,5	3 295 642	27,3	3 425 925	27,9	4 293 357	32,2
3.1 SÓ EPAL	1 663 072	17,2	2 535 503	21,0	2 560 000	20,9	3 599 174	27,0
4. COSTA DE PRATA	634 806	6,6	714 889	5,9	814 379	6,6	840 000	6,3
5. COSTA VERDE	249 787	2,6	270 000	2,2	272 598	2,2	650 000	4,9
6. TOTAL DO LITORAL (1+2+3+4+5)	3 678 090	38,1	5 430 914	45,0	5 617 581	45,8	6 689 552	50,2
7. TOTAL DO CONTINENTE	9 648 548	100	12 063 246	100	12 261 496	100	13 316 243	100

(*) Incluíram-se os investimentos da EPAL. Embora esta Empresa sirva diversos municípios que não pertencem ao litoral, a grande maioria dos consumos concentra-se nesta zona.

FINANCIAMENTOS DA C.G.D. AOS MUNICIPIOS
(VERBAS LIBERTADAS)

Un: - 10³ esc.
- preços correntes

A N O S REGIOES TURISTICAS (*)	A SANEAMENTO BASICO					B INVESTIMENTO TOTAL				
	1981	1982	1983	1984	1981	1982	1983	1984		
	€	€	€	€	%	%	%	%		
1. Costa Algarvia	55 349	643 282	544 937	407 889	34,1	61 229	648 282	544 937	407 889	13,4
	2,0	15,9	26,5	34,1	1,1	8,9	14,7	8,9	14,7	13,4
2. Costa Alentejana (C.Planicies)	83 000	115 000	13 600	11 200	0,9	170 900	206 400	22 900	14 200	0,5
	3,0	2,8	0,7	0,9	3,3	2,9	0,6	2,9	0,6	0,5
3. Costa de Lisboa	71 600	258 501	250 700	36 399	3,0	236 065	665 101	495 432	447 573	14,6
	2,6	6,4	12,2	3,0	4,6	9,2	13,4	9,2	13,4	14,6
4. Costa de Prata	99 717	342 838	201 143	59 250	5,0	148 066	452 336	290 313	241 090	7,9
	3,6	8,4	9,8	5,0	2,9	6,2	7,9	6,2	7,9	7,9
5. Costa Verde	61 250	132 120	37 130	-	-	399 480	334 540	128 802	244 515	8,0
	2,3	3,3	1,8	-	7,7	4,6	3,5	4,6	3,5	8,0
6. Total do Litoral	370 916	1 491 741	1 047 510	514 738	43,0	1 015 740	2 306 659	1 482 384	1 355 198	44,4
	13,5	36,8	51,0	43,0	19,6	31,8	40,1	40,1	31,8	44,4
A/B →	36,5	64,6	70,6	40,0	100	100	100	100	100	100
7. Total do Contin. (Todos os Municip.)	2 749 896	4 051 375	2 053 919	1 195 234	100	5 182 327	7 257 223	3 694 430	3 048 850	100
	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
A/B →	53,0	55,8	55,5	39,2	100	100	100	100	100	100

(*) SÓ Municipios do Litoral

QUADRO Nº 10

PERCENTAGEM DOS INVESTIMENTOS FINANCIADOS PELA C.G.D.
(MUNICIPAIS)

REGIÕES TURISTICAS (*)	A					B			
	SANEAMENTO BASICO					INVESTIMENTO TOTAL			
	1981	1982	1983	1984	1984	1981	1982	1983	1984
1. Costa Algarvia	13,1	69,0	58,7	53,6		4,2	30,4	25,1	18,4
2. Costa Alentejana (C. Planicies)	41,9	52,7	7,7	7,7		22,2	26,5	3,4	2,7
3. Costa de Lisboa	14,0	34,0	29,0	5,2		6,3	12,7	8,4	8,1
4. Costa de Prata	15,7	48,0	24,7	7,0		6,1	17,7	10,9	8,6
5. Costa Verde	24,5	48,9	13,6	-		17,1	13,7	5,0	8,3
6. Total do Litoral	18,4	51,5	34,3	15,7		9,4	17,5	10,7	9,7
7. Total do Continente	37,0	45,7	22,3	12,8		14,6	18,5	9,2	7,4

(*) SÓ Municipios do Litoral

ESTIMATIVAS DOS FINANCIAMENTOS SOLICITADOS ATRAVÉS DO

FEDER, NO ÂMBITO DAS AUTARQUIAS LOCAIS (*)

Un: - 10³ esc.
- preços correntes

FINALIDADE REGIÕES (C.C.R.)	A		BÁSICO		B		TOTAL
	PARA SANEAMENTO	%	SAQUE EM 1986	PARA INVESTIMENTO	%	SAQUE EM 1986	
	GLOBAL			GLOBAL			
1. Algarve	507 105	3,3	490 439	969 455	3,8	933 079	
2. Alentejo	1 081 464	7,2	643 471	3 716 014	14,6	2 047 425	
3. Lisboa e Vale do Tejo	5 469 175	36,3	2 550 883	5 903 175	23,2	2 841 383	
4. Centro	5 579 958	37,1	2 166 963	10 476 403	41,2	3 928 310	
5. Norte	2 419 844	16,1	2 334 527	4 384 753	17,2	4 138 136	
6. Total do Continente	15 057 546	100	8 186 283	25 449 800	100	13 888 333	
<i>A/B →</i>	59,1		58,9	100		100	
7. Total do Litoral	4 046 981	$\frac{7}{6} = 26,9$	2 280 737	5 734 134	$\frac{7}{6} = 23,5$	3 262 659	
<i>A/B →</i>	70,7		69,9	100		100	

(*) Estimativa com base em elementos recolhidos junto do M.A.I.

GRAFICOS

FONTES ESTATISTICAS

- Comissões de Coordenação das Regiões de:
 - . Algarve
 - . Alentejo
 - . Lisboa e Vale do Tejo
 - . Norte
- C.G.D. /D.C.P.
- E.P.A.L.
- D.G.S.B.
- Fundo de Turismo
- I.N.E.
- Gabinete de Estudos e Planeamento do M.E.S.
- M.A.I.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

- Relatórios da Administração Local - M.A.I.
- Estudos da C.C.R.A.
- "Administração local em numeros", 1984 - M.A.I./SEDR e SEAA